

GRAMSCI E A REFORMA INTELECTUAL E MORAL

Marcos Del Roio¹

RESUMO: O objetivo do texto é o de mostrar como a categoria teórica de reforma intelectual e moral tem uma trajetória tortuosa e significados variáveis. A ideia é a de resgatar a noção de reforma intelectual e moral conectada com a noção de senso comum, numa elaboração que começa com Vico. A hipótese, pouco abordada pela literatura, é que há uma incidência relativamente forte do historicismo de Vico na obra de Gramsci, mas com sensível mediação de Sorel.

Palavras-chave: Vico. Sorel. Gramsci.

ABSTRACT: The purpose of the text is to show how the theoretical category of intellectual and moral reform has a tortuous trajectory and variable meanings. The idea is to rescue the notion of intellectual and moral reform connected with the notion of common sense, in an elaboration that begins with Vico. The hypothesis, little touched upon in the literature, is that there is a relatively strong incidence of Vico's historicism in Gramsci's work, but with Sorel's sensitive mediation.

Keywords: Vico. Sorel. Gramsci.

I

Nos dias atuais, quando é apontada a necessidade de uma reforma intelectual e moral ou quando essa é feita de tema de análise teórica e ideológica, no mais das vezes vem acoplada à elaboração de Antonio Gramsci. A referência à gênese dessa categoria, de modo geral, é lembrada apenas de passagem ou em alguma nota extra texto. No entanto, essa categoria tem uma história pregressa que talvez contribua para melhor compreensão da reelaboração perpetrada por Gramsci nos seus *Cadernos do cárcere*. (Gramsci, 1975)

Por certo é sempre útil recordar que as categorias teóricas utilizadas por Gramsci, além de constituírem uma reelaboração daquelas utilizadas por outros autores com os quais dialoga, também são constantemente reelaboradas em seu próprio pensamento. Da mesma maneira é importante anotar que as categorias gramscianas se sustentam umas em relação às outras, o que obriga um recorte analítico dentro desse universo teórico em permanente movimento. Sobre qual seria a categoria a compor a coluna principal desse edifício há respostas diferentes conforme a interpretação do conjunto dos escritos do autor,

¹ Professor Titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP (Marília). Coordenador do Grupo de Pesquisa (CNPq) “Cultura e política do mundo do trabalho”.

ainda que a complexa noção de hegemonia pareça ser a favorita. Neste texto, em torno da noção de reforma intelectual e moral deverão girar as categorias de senso comum e de hegemonia, sem as quais a compreensão do papel da primeira escapará.

II

No século XVIII já estava consolidado o divórcio entre o senso comum, a cultura e a sabedoria popular de um lado e a ciência racional de base cartesiana de outro. Enquanto o senso comum se desenhava em torno de costumes pregressos e da religião, o complexo ideológico que sustentava a ascensão histórica da burguesia tomava corpo em torno das ciências da natureza e das ciências políticas (Burke, 1993; Thompson, 1999).

Giambattista Vico, desde Napoli, percebera que o surgimento do pensamento filosófico na Antiguidade clássica havia já separado teoria e prática, senso comum e conhecimento científico, apropriado este apenas por alguns. Na terceira versão da *Scienza Nuova* (1744), parágrafo 142, Vico afirma que “o senso comum é um juízo sem qualquer reflexão, sentido em comum por toda uma ordem, por todo um povo, por toda uma nação ou por todo o gênero humano” (Vico, 2006, p. 237). Vico ainda afirma que “as tradições vulgares devem haver tido motivos públicos de verdade, onde nasceram e se conservaram em povos inteiros e por longos espaços de tempo”, e completa com as seguintes palavras: “esse será outro grande trabalho desta Ciência: de reencontrar os motivos da verdade, que com o passar dos anos e com o evolver das línguas e costumes, nos aparece recobertas de falso” (p. 238).

Vico concebe a História como uma sequência triádica de épocas, que se origina a partir da barbárie: a idade dos deuses, dos heróis e dos humanos. Cada uma dessas eras é bem delimitada dentro de blocos de imagens concebidas pelo homem social, segundo três espécies de natureza, de costumes, de direito natural, de governos, de línguas, de caráter, de direito, de autoridade, de razão. As invasões bárbaras e o cristianismo demarcam o recomeço, o *ricorso*: a época dos bárbaros seguida pela idade dos deuses (do deus cristão, nesse caso). Vico se apercebia como se estivesse às portas de um novo começo, de uma nova barbárie, ao considerar os rumos que tomava a Europa de seu tempo. Importante nota que o *ricorso* não significa voltar ao começo, mas o começo de um novo ciclo, de uma nova época. Vico assim valorizava o papel histórico da plebe, dos bárbaros (que são poetas e filósofos a um só tempo), nos *ricorsi*, no recomeço dos ciclos históricos, pois do seu conhecimento, do seu senso comum, é que sairia o fermento da nova era. A barbárie tem lugar com o aperfeiçoamento da civilização, quando a racionalidade deixa de estar

articulada com outras funções do intelecto, como a imaginação, a fantasia, a memória (Sanna, 2016, p. 87-88)

Mesmo que critique as ideias abstratas dos filósofos, descoladas da prática histórica, Vico admirou a concepção de República de Platão, mas, admirou concretamente, assim como Maquiavel, admirou a república popular romana. No entanto, também como Maquiavel, Vico entendeu que a sua época era a época da monarquia absoluta humanizada, que poderia se preservar por mais tempo caso considerasse o senso comum, ou seja, a cultura popular. Diz Vico:

Mas com o evolover dos anos, com as mentes humanas cada vez mais se abrindo, as plebes dos povos se deram conta da futilidade de tal heroísmo [dos nobres], e entenderam serem da mesma natureza humana que os nobres; assim que quiseram entrar também na ordem civil da cidade (Vico, 2006, p. 662).

No entanto, caso o senso comum fosse desconsiderado em troca do refinamento da cultura e da ciência, uma nova barbárie deveria se manifestar.

Vico intui como o trabalho é o fundamento do humano e de sua capacidade de conhecer e transformar o mundo (o homem é o que ele faz). Via no senso comum uma forma de se apropriar e conhecer o mundo segundo condições históricas determinadas, com uma linguagem e imagens criadas de modo a se adequarem a essas condições. No senso comum vichiano pode-se ver a importância do protagonismo das massas, que tanto pode estabilizar uma época, como pode dar início a uma nova fase histórica. A reforma intelectual e moral é, portanto, conforme pensa Sorel, a mudança do senso comum que impulsiona um novo começo. Mas é desde o próprio senso comum que a reforma intelectual e moral deve surgir.

Gramsci, nos *Quaderni*, se refere muito pouco a Vico, um intelectual genial, mas na periferia da Europa do seu tempo. Contudo, Gramsci observa que da vichiana noção do “verum ipso facto” deriva, em Hegel e Marx, a compreensão da relação dialética entre conhecer e fazer, o que estaria na origem do materialismo histórico. (*Dizionario*, p. 895). Parece então que Vico chegou a Gramsci muito filtrado pelas interpretações de outros intelectuais subseqüentes, mas chegou com ímpeto. As noções de senso comum, de reforma intelectual e moral, de bloco histórico, de hegemonia podem ter suas raízes profundas no historicismo de Vico.

III

Vincenzo Cuoco, também de Napoli, inspirado em Vico, mas invertendo o seu sentido, tentou explicar a derrota da revolução napolitana de 1799, com o argumento de que o senso comum popular preferiu continuar governado pela Igreja e pela monarquia do que apoiar os revolucionários jacobinos. Os revolucionários traziam as idéias do iluminismo e da revolução francesa, elementos externos ao senso comum, com o qual não conseguiram entabular interlocução. Daí que ter sido essa uma revolução passiva, uma revolução com a qual as camadas políticas e intelectualmente dirigentes deveriam aprender com o iluminismo e ainda promover mudanças que respeitassem o senso comum das massas e assim evitasse turbulências. Senso comum e revolução passiva foram, como se sabe, categorias importantes na elaboração teórica de Gramsci, certo que num contexto político e filológico diferente. (Cuoco, 1806 /1999).

A filosofia hegeliana se sobrepôs ao historicismo de Vico na Itália do *Risorgimento*, mas como razão oposta ao senso comum. O fenômeno da oposição entre o senso comum e a razão dos intelectuais se manifestou na resistência popular diante da anexação do Reino de Napoli pelo Piemonte, em 1861. Os intelectuais seguiram a lógica de que a unificação seria o melhor para a península, mas parece que os camponeses perceberam melhor a situação colonial que se produzia e que dava novo sentido à questão meridional. Garibaldi apareceu como um conquistador, não como libertador para o campesinato meridional.

A noção vichiana de senso comum seria depois uma definição razoável para “cultura”, um cimento que mantém unido um povo, mesmo uma “religião laica”. Vico se apunha tanto a religião dos teólogos como à razão iluminista, defendendo que o conhecimento da verdade histórica estaria na memória popular, na imaginação popular, no senso comum. Francesco De Sanctis -- que foi referencia essencial de Gramsci -- na sua *Storia della letteratura italiana (1871)*, apresenta páginas sobre Vico que valorizam sobremaneira uma interpretação desse autor essencialmente como um crítico do seu tempo, que valorizava o protagonismo das massas, mesmo que com o estilo de vida enclausurado que levou. O historicismo de Vico mostra a necessidade dos acontecimentos, mostra que “cada idade histórica tem a sua guisa de nascer e de viver, a sua natureza, pela qual procede pela força das coisas, a sabedoria vulgar do gênero humano, o senso comum dos povos, a força coletiva. (...). Artífice da história é “o arbítrio humano regulado com a sabedoria vulgar”. (De Sanctis, 1963, p.665-666).

Ao mesmo tempo em que De Sanctis publicava a sua história da literatura (melhor seria dizer sua história da cultura italiana) para uma Itália enfim unificada e necessitada de pensamento crítico, na França o impacto da experiência da Comuna de Paris (1871) e a nova fase de industrialização e urbanização que se seguiu -- cujo desdobramento foi o crescimento da classe operária -- forçou as classes dirigentes a investirem na estabilização do seu domínio. Desde um setor liberal, conservador, católico, se desenvolveu também a discussão sobre o enfrentamento dos problemas postos pela dominação burguesa e pela perda de poder político da Igreja. A solução encontrada foi a de investir no poder social e na adequação às condições do capitalismo. O positivismo e o funcionalismo foram bastante úteis para a burguesia francesa, mas também foi o pensamento católico atento aos novos tempos.

Ernest Renan foi um desses intelectuais que pretendeu restaurar o Antigo Regime, mas de uma forma atualizada, não voltar para antes de 1789 ou mesmo para o período da restauração bourbonica de 1815-1830, o qual admirou. Pretendeu propor uma monarquia constitucional fortemente inspirada na Prússia/Alemanha, para quem a França tinha acabado de perder uma guerra. Reconhecido estudioso da história do cristianismo, Renan escreveu um pequeno ensaio nomeado de *A reforma intelectual e moral* (1871), no qual delineava um recomeço para a França. A expressão teve grande sucesso, mas curiosamente não consta no texto.

Renan pretendeu insuflar um renascimento nacional francês possível apenas em séria oposição à democracia e ao socialismo como também ao catolicismo que não reconhecia as novas condições. O recomeço deveria resgatar o poder militar da França e os princípios da aristocracia. Uma monarquia com representação política escolhida em dois graus e ensino universitário com ênfase científica seriam os meios para a criação de um novo tipo de aristocracia, uma classe dirigente culta e qualificada.

A reforma da educação, em todos os níveis, seria elemento indispensável nesse projeto de reciclagem da classe dirigente. Ao clero tocaria adequar o senso comum das massas dominadas e estimular o seu conformismo. Renan, além da origem aristocrática, era racista e colonialista. A consolidação da III República implicou a derrota da perspectiva aristocrática de Renan e a vitória da perspectiva burguesa “americana”, assim como ele definiria. (Renan, 1871 /1972.)

A vasta obra de Renan sobre a história do cristianismo incidiu bastante sobre Georges Sorel, pensador francês com forte referência no movimento operário de seu tempo. Na análise que Sorel faz da obra de Renan fica destacado o sentido revolucionário da cisão do judaísmo que originou o cristianismo ao modo de uma reforma intelectual e moral, que alterou o senso comum. Renan clamava então por uma nova reforma intelectual e moral que resgatasse o cristianismo primitivo e percebesse a necessidade da caridade. Essa seria uma visão da lei de Vico do *corso* e *ricorso*, do começo e recomeço do processo histórico.

Em 1864, o Papa Pio IX exara os “80 erros da modernidade” -- apêndice de uma bula papal, conhecida como Syllabus -- os quais, nesse raciocínio, tenderam a se difundir na seqüência da revolução francesa, incluídos o racionalismo, o cientificismo, o liberalismo, o socialismo. Essa manifestação da Igreja se completa em 1870, no Concílio Vaticano, que declara a infalibilidade do Papa. A Igreja reage como na Contra-reforma do século XVI e a reforma laica liberal fracassa. Assim, no último quarto do século XIX, aparece na França um a clara oposição entre a República e a religião, como na Itália o Estado nacional liberal se opõe à Igreja. Ocorre também uma reação contra o positivismo científico, a chamada religião da humanidade. O mito da nação, o nacionalismo, tem então a sua origem. Sorel se opunha tanto a Igreja quanto a República burguesa. O *ricorso* deveria vir por fora de todo o dogma, deveria vir da criatividade das massas, do seu senso comum prático, como espírito de cisão, como reforma intelectual e moral. O cristianismo primitivo seria o inspirador de uma nova ordem muito mais do que o cientificismo. (Sorel, 1905)

Antes disso, ainda no contexto do chamado debate sobre o revisionismo (Galastri, 2015), Sorel colocou Vico na discussão que travou com Croce e Labriola. Foram dois escritos importantes para o desenvolvimento subsequente de seu pensamento e para a ruptura definitiva com o reformismo do “marxismo ortodoxo”. Em 1896, no *Devenir Social*, Sorel publicou uma série de três textos sobre Vico, onde destaca a concepção de história como obra do próprio homem. Logo depois, em junho de 1898, publica outro artigo na revista revisionista alemã *Sozialist Monatshefte*, quando fica mais clara a distancia que alimentava em relação à leitura economicista da obra de Marx.

Vico foi resgatado por Georges Sorel como instrumento de crítica ao subjetivismo cartesiano e ao iluminismo, e principalmente àquilo que julgava ser equívocos ou limites no pensamento de Marx, inclusive a teoria do valor e a dialética. Possível que Vico tenha despertado o interesse de Sorel por meio de Marx ou de Labriola. O revisionismo de Sorel

voltou-se para a importância de se organizar o proletariado do ponto de vista material e moral, mas contando com o senso comum como ponto de partida, inclusive as crenças e os valores religiosos, a fim de delimitar a cisão frente a burguesia e travar a luta de classe, a qual se alimentaria do mito da greve geral na implantação da reforma moral e intelectual que propugnava.

O socialismo não poderia ser visto como uma ciência, mas como uma “poesia social”, uma nova linguagem de uma era heroica, ao modo vichiano de expressão. A fantasia, o costume e a economia deveriam ser os fundamentos da reforma moral e intelectual. A violência implícita nos *ricorsi* levaria o proletariado a um ciclo histórico regido pela consciência e pela moral, na qual razão e dever se harmonizariam. A prática social dos sindicatos, movida pelo mito da greve geral, seria o meio de auto-organização e auto educação dos trabalhadores com a criação de novas imagens históricas e de uma nova moral dos produtores, rumo a uma nova ordem social. (Jennings in Tagliacozzo, 1990)

O conteúdo da formulação de Sorel sobre a reforma moral e intelectual é muito mais afeito a Vico do que a Renan, como pode ser visto nas linhas precedentes, mas o tom polêmico característico de Sorel indica uma reformulação dessa categoria. A partir da cisão e da luta de classe, um recomeço poderia ser intentado, uma nova moralidade poderia ser construída em torno do mito da greve geral. Dizia Sorel, em 1905, sobre os *ricorsi*: “acontecem quando a alma popular retorna a um estado primitivo, e tudo na sociedade é instintivo, criativo, poético” (Sorel, 1919, p. 66)

O tema da reforma contou com forte presença no cenário intelectual italiano, estimulado por Croce e por Sorel. Na verdade, foi Missiroli a apontar o limite do *Risorgimento* na ausência de uma reforma intelectual e moral, de uma reforma religiosa ao estilo protestante. O problema esteve presente para autores como Dorso e Gobetti, que propunham uma reforma laica, liberal e democrática. De fato, era a incidência tardia do debate francês posterior a guerra franco-prussiana.

A influência de Sorel foi bastante importante Itália, mas não foram tantas as traduções feitas de seus escritos. Entre tantos livros, apareceram em língua italiana *Considerazioni sulla vilolenza*, Bari, Laterza, 1909, que teve nova edição em 1926, e *Le illusioni del progresso*, Milano, Sandron, 1910. Em 1936, já com a ditadura fascista, foi publicado *La decomposizione del marxismo*, Torino, UTET. O número de artigos, porém, foi muito grande, entre os quais dois póstumos: “Ultima meditazione (Scritto póstumo

inédito)”, *Nuova Antologia*, 1928, e “Germanesimo e storicismo di Ernesto Renan”, *La critica*, XXIX, 1931.

V

No Caderno 14, § 26, p. 1682-86, Gramsci lembra que esse escrito de Sorel deveria servir como apresentação do livro de Renan, *A reforma moral e intelectual*, que Missiroli havia se comprometido a traduzir e que seria publicado em 1915. Com o início da guerra a publicação foi suspensa por conta da posição filo-germânica de Renan. Nesse mesmo parágrafo, Gramsci expõe sinteticamente a origem da discussão sobre a reforma intelectual e moral, que segundo o próprio Sorel teria origem em Proudhon. De todo modo, esse debate se colocou na Itália do *Risorgimento*, ainda que a partir de uma linha que misturava a questão política da Igreja e a questão religiosa. De sorte que a expressão reforma moral e intelectual parece fosse familiar a Gramsci desde há bastante tempo. Na Itália, a designação do período da revolução burguesa com *Risorgimento* sugere claramente a idéia de *ricorso*, de um novo começo para os italianos, como se existisse um povo italiano desde os tempos da antiga Roma.

Gramsci esteve decerto mais próximo do pensamento de Sorel no seu período turinês (1911-1921), e pode ter lido várias outras coisas de Sorel no original francês. Principalmente nos anos 1917-1919, com as lentes de Sorel, Gramsci fez a leitura da revolução que se desenrolava na Rússia. Com a experiência dos conselhos de fábrica, predominava em Gramsci a concepção de que era da classe operária, do seu conhecimento, da sua experiência, do seu protagonismo é que surgiria uma nova ordem social fundada no trabalho emancipado. Do senso comum forjado pela experiência do trabalho é que encontraria impulso uma reforma intelectual e moral. Aos intelectuais favoráveis ao novo começo caberia se acoplar ao movimento e se empenhar a dar organicidade ao conjunto de ideias frequentemente desconexas que se apresentavam e assim reforçar o espírito de cisão frente à ordem existente. No caminho para Lênin e Marx podem ser ouvidos os ecos de Sorel e Vico! (Del Roio, 2017)

Assim, uma expressão criada por Renan (segundo os indícios) foi recomposta por Sorel e mais uma vez por Gramsci ao modo de uma categoria teórica, que em última instancia foi articulada em torno da concepção historicista de Vico, em particular no seu entendimento da importância do senso comum como plataforma para um novo começo da História.

Num breve artigo, do começo de 1916, Gramsci faz uma importante referência a Vico. A partir da expressão de Solon, depois adotada por Sócrates, do “conhece-te a ti mesmo”, Vico sugere – segundo conta Gramsci – que Solon

quis aconselhar os plebeus, que acreditavam ser de *origem bestial*, enquanto os nobres seriam de *origem divina*, a refletiram sobre si mesmos para se reconhecerem de *igual natureza humana que os nobres*, e, por conseguinte, *ser lhes igualados no direito civil*. E, em seguida, põe essa consciência da igualdade humana entre plebeus e nobres como a base e a razão histórica do surgimento das repúblicas democráticas na Antiguidade (Gramsci, 1916 / 1973, v. 1, p. 66-67)

A tomada se consciência do proletariado, a formação de uma nova cultura, entendida como autodisciplina e consciência superior, aparece como a condição mesma para o socialismo.

Gramsci não rompe com essa perspectiva nos Cadernos do cárcere, mas desenvolve uma reflexão mais elaborada e sofisticada, reelabora toda essa reflexão com amparo mais substancial de Marx. De fato, é possível que tenha persistido mais de Vico e Sorel de quanto geralmente se avalia. Do senso comum, Gramsci ainda vislumbra a possibilidade de que apareçam elementos criativos e críticos que apontem para o futuro (ou para um recomeço). Considerando a necessidade de estabelecer a aliança operário-camponesa na Itália, Gramsci se debruçava sobre a questão meridional, que implicava a resolução da questão agrária e também colocava em plano decisivo o problema dos intelectuais.

No esboço de ensaio sobre esse tema, Gramsci não tocou exatamente nos temas do senso comum e de reforma moral e intelectual, a não ser muito de passagem (e nem utilizou esses termos). Nas cartas da prisão, em particular nos primeiros meses, é que Gramsci atenta mais para a diversidade cultural dos grupos de presidiários. Importante destacar uma carta enviada para a cunhada Tatiana Schucht, na qual afirma que o elemento que unifica o seu plano de estudos é “o espírito popular criativo” (Gramsci, *Lettere del Carcere*, p. 57). Ora, ainda que não voltasse a ser repetida dessa maneira, como não ver nessa expressão uma repercussão de Vico e de Sorel?

É bastante possível que a esse ponto a formulação apresentada ao modo de esboço pelo último Lênin incida na reflexão de Gramsci. Em 1921, a Rússia encontrava-se devastada e isolada. A regressão econômica e social era um fato. Lênin observou então a possibilidade de garantir o curso revolucionário resgatando a tradição camponesa da vida

em comunidade e do autogoverno. A proposta de organizar a vida social da Rússia em cooperativas teve esse significado, mas o salto para o futuro dependeria da gradativa introdução de máquinas na agricultura e da elevação cultural das massas camponesas. A construção da hegemonia da classe do trabalho dependeria em grande medida do sucesso dessa empreitada. (Lênin, 1976, v. XII.).

VI

Nos Cadernos, ainda que a expressão não retorne, o tema do “espírito popular criativo” que reordena a tradição cultural é abordado como em diversas passagens, como se fosse a busca de uma resposta para a questão do como perscrutar no senso comum os elementos e momentos de arranque em direção a reforma moral e intelectual que viria a produzir uma nova hegemonia dentro de um novo bloco histórico. Ou ainda, como vincular a ação espontânea das massas a uma direção consciente.

A resposta de Gramsci indica claramente que entre senso comum e consciência científica e crítica não há oposição, assim como não há na relação entre consciência espontânea e direção consciente. Para Gramsci, então,

se apresenta uma questão teórica fundamental, a esse propósito: a teoria moderna pode estar oposição com os sentimentos “espontâneos” das massas? (“espontâneos” no sentido de que não são devidos a uma atividade educadora sistemática por parte de um grupo dirigente já consciente, mas formados através da experiência cotidiana iluminada pelo “senso comum”, i.é., da concepção tradicional popular do mundo, aquilo que com muita prudência pode se chamar de “instinto”, mas que também essa uma aquisição histórica primitiva e elementar). (Gramsci, I, 3, 48, 330-331).

Os dirigentes surgem a partir da consciência espontânea, surgem da capacidade criativa das massas – do espírito popular criativo, enfim. Mas direção significa capacidade de autodisciplina e capacidade de gerar disciplina, elemento indispensável para que se possa criar um “espírito de cisão” diante da ordem social dominante. Gramsci explica:

O espírito de cisão é a aquisição progressiva da consciência da própria personalidade histórica, espírito de cisão que deve tender a alargar-se da classe protagonista para as potenciais classes aliadas: tudo isso demanda um complexo trabalho ideológico, cuja condição inicial é o conhecimento exato do campo a ser esvaziado de seu elemento de massa. (333)

A direção consciente e o espírito de cisão têm as suas raízes no senso comum (ou em algum senso comum determinado) e aparece de modo “espontâneo”. Gramsci sugere que “Os movimentos “espontâneos” das camadas populares mais vastas tornam possível a chegada ao poder pela classe subalterna mais progredida, por conta do enfraquecimento objetivo do Estado”. (332)

O senso comum é, portanto, o complexo ideológico das classes subalternas, as quais podem desencadear movimentos de rebeldia “espontânea” alicerçadas exatamente em elementos culturais de fundo religioso e profético, os quais geram os seus próprios dirigentes. No entanto, anota como o senso comum por outro verso, é um conjunto desconexo de crenças acumuladas e desfiguradas com o passar do tempo, que podem configurar uma religião, uma visão de mundo que condiciona uma prática social restritiva e conservadora.

Para Gramsci, a rigor, o folclore corresponde ao estudo da cultura popular vista de fora, como objeto científico, como manifestação cultural de grupos sociais subalternos. Na verdade,

ocorreria estudá-lo como “concepção do mundo e da vida”, implícita em grande medida, de determinadas camadas (determinadas no tempo e no espaço) da sociedade, em contraposição (no mais também essa implícita, mecânica, objetiva) com as concepções de mundo “oficiais” (ou em sentido mais amplo, das partes cultas da sociedade historicamente determinadas). (Q. III, 27, §1, p. 2311)

Ainda que as classes subalternas não possam ultrapassar o senso comum -- complexo ideológico que lhe é próprio -- é no folclore, ou seja, nas suas manifestações culturais, é que pode ser observada a memória e a história desses grupos, mesmo que fragmentaria e contaminada. No caso específico da moral, dos costumes, Gramsci comenta que

Também nessa esfera ocorre distinguir diversas camadas: aquelas fossilizadas que refletem condições de vida passadas e são conservadoras e reacionárias, e aquelas que são uma série de inovações, muitas vezes criativas e progressivas, determinadas espontaneamente por formas e condições de vida em processo de desenvolvimento e que estão em contradição, ou apenas diferentes, da moral das camadas dirigentes. (2313)

Trata-se então de fazer a crítica ao senso comum (e ao folclore) e desenvolver a reforma moral e intelectual ainda com base na cultura popular e então promover um

progresso intelectual de massas, com o objetivo de diluir a divisão entre intelectuais e não intelectuais.

VII

Qualquer que fosse a origem primeira dessa expressão o fato é que o tema da reforma intelectual e moral era recorrente na Europa depois de 1870. As propostas que vigiam na Itália de uma reforma estavam presentes no mundo católico, mas tinha principalmente na crítica a Igreja e ao catolicismo a sua maior expressão. A idéia de uma reforma protestante tardia na Itália, como proposta por Missiroli era inexecutável. O liberalismo parecia ser a reforma possível, uma reforma laica. O problema fundamental apontado por Gramsci era que essa seria uma reforma limitada às classes dirigentes, uma ideologia indutora de uma espécie de revolução passiva, já que não teria um nexo razoável com o senso comum das massas, a menos que capitulasse ao catolicismo e mantivesse a dualidade da ideologia da classe dominante e a ideologia das massas subalternas.

De fato, a experiência histórica mostrava outras reformas culturais parciais, mas mais bem sucedidas. Ainda que o Renascimento tenha tido um vertente inicialmente progressiva, sempre na análise de Gramsci, veio a prevalecer a vertente conservadora, de modo que o Renascimento, a rigor, foi uma reforma cultural de um feudalismo tardio e não deu vazão a um *ricorso*. A contra-reforma garantiu que na Itália o Renascimento tenha ficado circunscrito às camadas aristocráticas e que os efeitos positivos desse movimento tenham se manifestado em outros Países, inclusive com a contribuição de italianos.

Esse foi o resultado de que “a burguesia italiana medieval não soube sair da fase corporativa pra entrar naquela política porque não soube liberar-se da concepção medieval-cosmopolita representada pelo Papa, pelo clero e também pelos intelectuais laicos (humanistas), i.é, não soube criar um Estado autônomo, mas permaneceu dentro da moldura medieval feudal e cosmopolita. (Q. I, 5, § 127, p. 658)

Foi fora da Itália que o Renascimento pode se somar a Reforma religiosa e adquirir um significado popular e progressivo. A reforma protestante se desenrolou como uma alteração no senso comum. Os princípios de Lutero e de Calvino não se expressaram em termos de alta cultura ou de sofisticada elaboração, mas difundiu-se por várias regiões da Europa. A valorização do trabalho e da vida austera estimulou o princípio da acumulação, que seria crucial no surgimento do capitalismo.

Da mesma maneira, com a derrota da perspectiva teórica política de Maquiavel e a estagnação da península italiana que se seguiu, o comércio, os Estados, a ciência e a cultura, se desenvolveram em outras plagas. A mudança no senso comum, a reforma intelectual e moral culminou na filosofia clássica alemã, no liberalismo inglês e na revolução francesa. A difusão do laicismo liberal foi considerada uma heresia laica pela Igreja.

A hegemonia burguesa se fez mais forte nos espaços nos quais a religião protestante e o liberalismo se fizeram senso comum, se fizeram organizadores da sociedade civil. No entanto, pelo fato da ordem burguesa apresentar um intrínseco antagonismo, a hegemonia significa também domínio de classe e diferença moral e intelectual. Em espaços nos quais o senso comum teve dificuldade para absorver a visão de mundo ideal da burguesia, a hegemonia tende a ser muito mais débil e a permanência dos elementos do senso comum antigo mais sensível. No entanto, os intelectuais católicos tendem a buscar uma conciliação entre a fé religiosa e a ciência moderna, tal como vista na perspectiva burguesa.

O *Risorgimento* italiano se desenrola como revolução passiva, como reflexo da revolução francesa. Numa revolução passiva não há uma reforma intelectual e moral no sentido de ingresso numa nova era, pois que demanda uma mudança funda no senso comum, que só ocorre se os intelectuais estiverem vinculados às massas populares, se entenderem e desenvolverem a sua linguagem e o seu conhecimento prático, se acontecer a passagem do saber ao compreender. Gramsci argumenta que

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigido, entre governantes e governados, é dado por uma adesão orgânica no qual o sentimento-paixão se faz compreensão e saber (não mecanicamente, mas em modo vivente), só então a relação é de representação, e ocorre a troca de elementos individuais entre governados e governantes, entre dirigidos e dirigentes, e assim se realiza a vida do conjunto que é a única força social, se cria o “bloco histórico” (Q. II, 11, §67, p. 1505-1506).

Gramsci apresenta assim as condições para que um bloco histórico se conforme em torno de uma sólida hegemonia. Como a época burguesa -- mesmo nas regiões nas quais mais profundamente se implantou -- não conseguiu essa façanha de uma situação democrática extrema, é de se imaginar que Gramsci já tem em mente o início da construção de uma nova hegemonia, de um novo bloco histórico, que exige a atuação de uma funda reforma intelectual e moral.

VIII

Para Gramsci, era a prática social e o senso comum gerado no mundo do trabalho que poderia ser a origem de um novo começo. Mais que qualquer outra ideologia, o marxismo poderia compor esse novo senso comum, certo que muito vulgar num primeiro momento, mas capaz de alimentar a vontade coletiva em formação com um mito transformador, um mito do novo começo, levado em frente pelo “Príncipe moderno”, o antecipador da nova ordem. A destruição do senso comum subalterno em suas diversas facetas e a construção de uma nova hegemonia seria a missão da reforma intelectual e moral que superaria a separação entre senso comum das massas subalternas e a cultura e ciência dos intelectuais de classes privilegiadas. A nova hegemonia, cujo fundamento seria o trabalho emancipado, teria o significado de ver o homem como parte do mundo e mundo como feito (e conhecido) pelo homem, como filosofia da práxis.

Gramsci observa como o movimento operário ganhou força organizativa com a Internacional Socialista, como o marxismo se difundiu como ideologia do proletariado. No entanto, Gramsci critica abertamente essa ideologia notando nela algumas intrusões, seja do materialismo filosófico, seja com o idealismo, ainda que a mistura com o materialismo tradicional seja mais importante. Desse modo, o marxismo continuava a ser uma ideologia de classe subalterna, uma ideologia subalterna. Mas como explicar essa trajetória da filosofia da práxis?

O problema era que “a filosofia da práxis tinha duas tarefas: combater as ideologias modernas na sua forma mais refinada, para poder constituir o próprio grupo de intelectuais independentes, e educar as massas populares, cuja cultura era medieval” (1858)

A tarefa da educação das massas absorveu muita energia, de modo que

a nova filosofia se combinou numa forma de cultura que era um pouco superior àquela média popular (que era muito baixa), mas absolutamente inadequada para combater as ideologias das classes cultas, enquanto que a nova filosofia havia nascido exatamente para superar a mais alta manifestação cultural do tempo, a filosofia clássica alemã, e para suscitar um grupo de intelectuais próprios do novo grupo social do qual era a concepção de mundo. (Q. III, 16, §9, p. 1858).

Assim foi que surgiu um marxismo vulgar, cuja marca essencial era o naturalismo, o mecanicismo, o determinismo economicista, elementos que mostravam uma ideologia subalterna. No combate ao idealismo, Gramsci voltou-se para a crítica do pensamento de

Croce e contra o mecanicismo e economicismo que foi evidenciado no chamado *Saggio Popolare* de Bukharin. No caso do livro de Bukharin, Gramsci destaca um elemento decisivo que é a ausência de uma exposição sobre a dialética

Ele realmente capitula frente ao senso comum e ao pensamento vulgar, porque não se pôs o problema nos termos teóricos exatos e assim fica praticamente desarmado e impotente. O ambiente inadequado e tosco dominou o educador, o senso comum vulgar se impôs à ciência e não vice versa: se o ambiente é o educador, esse por sua vez deve ser educado, escreveu Marx, mas o *Saggio Popolare* não entende essa dialética revolucionária. (Q., I, 7, § 29, p. 877)

Na verdade, para a filosofia da práxis

afirma-se a exigência do contato entre intelectuais e [gente] simples não para limitar a atividade científica e para manter uma unidade de baixo nível das massas, mas no sentido de construir um bloco intelectual moral que faça politicamente possível um progresso intelectual de massa e não só de escassos grupos intelectuais. (Q., II, 11, §1, p. 1384-1385).

Assim que o progresso intelectual de massa permite aos indivíduos e grupos sociais uma compreensão de si mesmos e isso ocorre “através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois na política, para alcançar uma elaboração superior da própria concepção do real”. (1385)

Gramsci reconhece que mesmo o marxismo vulgar, ao se difundir entre as massas, que passam acreditar que o socialismo é inevitável, que o futuro lhes pertence, ainda que o presente seja de dor e sofrimento, apresenta um viés positivo e lembra a Reforma protestante, que foi iniciada com formulações de baixo nível cultural e intelectual, mas chegou ao ápice na filosofia clássica alemã e, de certo modo, no jacobinismo francês.

O problema que Gramsci se colocou é o de como proceder a uma reforma moral intelectual que envolvesse as massas populares desde o início. Claro que essa intenção exigia que se partisse do senso comum, da ciência do senso comum, da experiência prática, mas exatamente com a finalidade de fazer da filosofia da práxis um novo senso comum, no qual não haveria mais a oposição entre conhecimento dos sábios e dos simples. Um complexo processo de construção de uma nova hegemonia, ou seja, uma nova visão de como conhecer e fazer o mundo dos homens, invólucro de um bloco histórico. Mas qual seria o sujeito dessa transformação?

Para pensar essa questão Gramsci convoca Maquiavel e Sorel como interlocutores principais. Primeiro sugere que o Príncipe maquiavélico pode ser visto como um mito capaz de aglutinar uma vontade coletiva voltada para a fundação de um novo Estado, para um recomeço, mesmo que não seja real, assim como não é o mito da greve geral para Sorel. O Príncipe seria então uma fantasia concreta. Gramsci tenta então ler Maquiavel com as lentes (corrigidas) de Sorel, de um Sorel fortemente embasado em Vico.

Sorel entendia estar no sindicato a expressão de uma vontade coletiva antagônica à ordem, que promovia uma reforma intelectual e moral e que ganharia mais e mais força com a ação prática estimulada pelo mito da greve geral. Não haveria, contudo, como prever e planejar o perfil da nova ordem a ser construída (ainda que se divisasse o cristianismo primitivo como o *ricorso* anterior e que agora estava por se iniciar um novo *ricorso*, por conta da ação do proletariado.

A crítica que Gramsci desfere é exatamente voltada para a postura teórica de Sorel de negar a necessidade da dialética previsão / programa. Para Gramsci esse é um elemento decisivo, pois o conhecimento da realidade significa o conhecimento do movimento da realidade, mas uma realidade em movimento que é feita pelo homem, ou melhor, por uma vontade coletiva.

A questão então passa a ser sobre como pode ser erigida essa vontade coletiva. A previsão / programa, o conhecimento que na prática compreende e transforma o mundo, é Política. A vontade coletiva se desenvolve espontaneamente, mas em termos, pois na verdade se desenvolve como consciência construída a partir de elementos existentes no senso comum. Ocorre, ou deve ocorrer, o movimento dialético que forma as consciências corporativas, de grupo, ainda dentro da ordem existente, até que ser posta teórica e praticamente o problema da hegemonia, ou seja, como um grupo social postula uma nova forma de agregar outros grupos com formas outras de se organizar a produção e de se apropriar do mundo, de conceber e fazer ciência. Esse movimento dialético deve, no entanto, ser guiado na direção da superação da hegemonia existente em direção a uma nova hegemonia, a uma nova época histórica.

O movimento pode ser guiado por um mito como o Príncipe. O mito é a representação de uma vontade coletiva em construção, mas não pode ser uma abstração, como é em Sorel. A derrota do programa / previsão de Maquiavel foi determinante para a derrota da vertente popular do Renascimento, mas seria o jacobinismo francês o momento mais notável de uma expressão nacionalpopular. Aqui, mais uma vez pode se destacar como uma ideologia que se vincula e que transforma o senso comum aparece

capaz de se manifestar como um novo começo, ainda que passe por uma fase de subalternidade.

O mito de um novo Príncipe, de um Príncipe moderno, não pode ser uma abstração como era em Sorel, mas produto de uma ação coletiva. Assim, o partido revolucionário aparece como o produto de uma experiência histórica de luta da classe operária e que expressa “a vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um real e efetivo drama histórico”. (Q. III, 13, §1, 1559)

O Príncipe moderno, como vontade coletiva organizada deve ser expressão de uma experiência histórica, deve ser o operador que aglutina a experiência e a consciência, que tem por objetivo desencadear uma reforma intelectual e moral, que supere as ideologias que preservam a situação de subalternidade das massas, seja a religião ou as filosofias metafísicas. O cerne da reforma intelectual e moral é a transformação das relações sociais e do processo de produção material. A reforma econômica é a forma de concretização da reforma intelectual e moral. Mais ainda, a reforma intelectual e moral constrói uma nova hegemonia e um novo bloco histórico. A filosofia da práxis surge do senso comum crítico das massas, do “espírito popular criativo”, mas se faz um novo senso comum ao se apropriar da alta cultura e da ciência para promover uma nova forma de conhecer e se apropriar do mundo. Gramsci indicava que a reforma intelectual deveria ser algo como a síntese de Reforma e Renascimento, um movimento popular de altíssimo padrão cultural.

IX

A intenção de texto foi apenas de esboçar como a categoria de reforma intelectual e moral possui importância significativa na construção teórica de Gramsci. Essa importância pode ser demonstrada pela relação estabelecida com outras categorias, como senso comum, hegemonia e bloco histórico, e pela análise das origens dessa categoria, quando encontramos a presença marcante de autores como Vico, Renan e Sorel. Certo que outras categorias também aparecem nesse movimento do simples ao complexo, como Príncipe Moderno, jacobinismo e intelectual orgânico, ainda que apenas tocadas no texto.

Referências:

Burke, Peter. *A cultura popular na Idade Moderna*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989

- Cuoco, Vincenzo. *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*. Milano, Rizzoli editore, 1999.
- De Sanctis, Francesco. *Storia della letteratura italiana*. Firenze, Sansoni, 1963.
- Galastri, Leandro. *Gramsci, marxismo e revisionismo*. Campinas, Autores Associados, 2015
- Gramsci, Antonio. *Quaderni del cárcere*, Torino, Einaudi, 4 t., 1975.
- Gramsci, Antonio. *Scritti politici* (a cura di Paolo Spriano), Roma, Riuniti, 3, v., 1973.
- Jennings, J. R. Sorel, Vico y Marx in: *Vico y Marx: afinidades y contrastes*. México, Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 297-310.
- Liguori, Guido & Voza, Pasquale (a cura di). *Dizionario Gramsciano*, Roma, Carocci, 2009.
- Lenin, Vladimir. *Obras escogidas*. Moscou, Progreso Editorial, tomo XII, 1976.
- Renan, Ernest. *La reforma intelectual y moral*. Barcelona, Ediciones Península, 1972.
- Sanna, Manuela. *Vico*. Roma, Carocci editore, 2016
- Sorel, Georges. *Le système historique de Renan*. Paris, G. Jacques editeur, 1905.
- Sorel, Georges. *Materiaux d'une théorie du prolétariat*, Paris, Librairie du sciences politiques et sociales, Marcel Riviere, 1919.
- Sorel, Georges. *Reflexões sobre a violência*. Petrópolis, Editora Vozes, 2009.
- Tagliacozzo, Giorgio (compilador). *Vico y Marx: afinidades y contrastes*. México, Fondo de Cultura Económica, 1990.
- Thompson, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- Ungari, Graziela Pagliano. Sorel e Vico in: *Bollettino del centro di studi vichiani*, IV, 1974, p. 105-125
- Vico, Giambattista. *Opere*, Miano, Riccardo Ricciardi editore, 2006.

RECEBIDO EM 11-11-2017

APROVADO EM 10-09-2018